

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Requerimento de Convocação nº de 2015 (Do Senhor Daniel Coelho)

Solicita que seja convocado o Ministro das Relações Exteriores, Senhor Mauro Vieira, a fim de discutir sobre os direitos humanos dos médicos cubanos no Brasil, ligados ao Programa Mais Médicos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50, combinado com o art. 219, I, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para que seja convocado o Ministro das Relações Exteriores, Senhor Mauro Vieira, a fim de discutir sobre os direitos humanos dos médicos cubanos no Brasil, ligados ao Programa Mais Médicos.

JUSTIFICAÇÃO

A situação dos médicos cubanos que desenvolvem atividades profissionais ligados ao Programa Mais Médicos no Brasil causa indignação quando conhecemos novos fatos que afrontam direitos e garantias fundamentais consagrados em nossa Constituição Federal.

Novamente os fatos são denunciados e abordados na Mídia Nacional:

“Cuba pressiona profissionais do Mais Médicos por volta de parentes.

Governo da ilha cobra retorno imediato de cônjuges e filhos de contratados em programa de Dilma

Familiares têm visto para ficar no Brasil; emissários cubanos dizem que eles não podem morar aqui

CLÁUDIA COLLUCCIDE SÃO PAULO

O governo cubano está pressionando profissionais do programa Mais Médicos, bandeira da presidente Dilma Rousseff (PT), para que seus familiares (cônjuges e filhos) que estejam no Brasil voltem imediatamente a Cuba.

Caso contrário, ameaça substituí-los por outros médicos que já estariam selecionados, aguardando vaga.

Até dezembro, dos 14.462 profissionais trabalhando no Mais Médicos, 11.429 -- quase 80%-- eram cubanos. Não há estimativa de quantos estão com as famílias no Brasil.

A pressão tem sido feita diretamente pela vice-ministra da Saúde de Cuba, Estela Cristina Morales, e por seus interlocutores, que vêm se reunindo com médicos cubanos em várias cidades brasileiras. Ela foi confirmada à **Folha** por oito médicos cubanos e dois supervisores do Mais Médicos. O principal argumento de Cuba é de que no contrato de trabalho do governo da ilha com os médicos só há previsão de que eles possam receber visitas de parentes --sem fazer menção a moradia.

O contrato, porém, não estipula prazo para as visitas, abrindo brecha para que se estendam. O governo brasileiro concede aos familiares dos médicos cubanos visto de permanência de 36 meses --mesmo tempo dado a eles. O Ministério da Saúde diz que não há nada que impeça a família dos médicos de permanecer no Brasil. O artigo 18 da lei de criação do Mais Médicos prevê a vinda de dependentes dos profissionais.

As regras para viagens de cubanos ao exterior foram flexibilizadas pelo governo da ilha desde janeiro de 2013, não sendo mais preciso autorização prévia. Elas mantiveram em aberto, no entanto, a possibilidade de vetar pesquisadores, médicos, atletas e opositores ao regime.

A presença de cônjuges e filhos no Brasil, na prática, facilita a fixação desses médicos cubanos no país, agravando os riscos de fuga de uma mão de obra qualificada, que gera dinheiro para a ilha.

No sábado (7), a vice-ministra cubana esteve no município de Jandira (SP). Entre as 13h e as 16h conversou com médicos e disse que há 530 profissionais na ilha à espera de vaga no programa.

"O recado foi claro. Se os familiares não voltarem, seremos substituídos", diz um médico que pede anonimato.

Há casos em que marido e mulher são do programa e têm filhos pequenos. "Temos dois casais de amigos que têm filhos de três e seis anos e que estão sendo pressionados para mandar as crianças de volta, sozinhas", relata outro. "Querem que meu marido volte. Ele está há quatro meses empregado, com carteira assinada. Não é justo", afirma uma médica cubana que atua na Grande SP.

Outra teme se separar do marido e do filho de sete anos --já matriculado numa escola. "Se eles forem obrigados a voltar, irei junto."

"É um absurdo", afirma médico cubano no Pará

DE SÃO PAULO

A pressão para que familiares dos médicos retornem a Cuba tem repercutido em blogs de cubanos (que usam nomes falsos para evitar retaliações).

"As missões médicas são hoje a principal fonte de renda para Cuba. É um absurdo nos submeter a esse sacrifício, que é ficar longe da nossa família", escreveu um médico cubano que vive no Pará.

O professor da USP Gustavo Gusso, um dos supervisores do Mais Médicos, diz ter ouvido vários relatos sobre a pressão.

Ele defende que o governo brasileiro interfira em favor dos médicos cubanos por uma questão humanitária e também porque a troca traz prejuízo ao

paciente. "Há uma relação de confiança estabelecida." O médico Ademir Lopes Júnior, outro supervisor, diz ter ouvido relatos desesperados dos cubanos. "Eles já têm vínculo." (CC)
COMPARTILHE Compartilhe no Twitter

OUTRO LADO

Governo diz não interferir em ação de Cuba

Ministério da Saúde afirma que queixa sobre parentes não é da sua alçada; embaixada cubana não responde

CLÁUDIA COLLUCCIDE SÃO PAULO

O coordenador nacional do programa Mais Médicos, Felipe Proença, disse que tomou conhecimento na quarta (11), extraoficialmente, das queixas dos médicos cubanos sobre a pressão para que seus parentes voltem a Cuba. Mas afirmou que a resolução delas está fora da alçada do Ministério da Saúde.

Segundo ele, a pasta supervisiona as atividades dos médicos cubanos nos postos de trabalho, mas não tem poder de interferir na relação contratual deles com Cuba e a Opas --braço da Organização Mundial da Saúde que intermediou a vinda dos profissionais da ilha ao Brasil.

"Quem tem gerência sobre a indicação e seleção dos médicos que estão participando do programa é o Ministério da Saúde com a Opas", diz. Sobre a permanência dos dependentes dos médicos no Brasil, ele afirma que o ministério segue "rigorosamente" o que está estabelecido na lei do Mais Médicos. "Ele pode trazer o dependente legal com o mesmo prazo de validade do visto do titular."

Proença afirma, no entanto, que, se for registrado aumento da desistência de médicos cubanos no programa, o ministério poderá investigar as causas, embora sua atuação seja limitada.

"Desligamentos que não estejam relacionados às atividades deles no programa são do âmbito do governo cubano e da Opas, e não da coordenação do projeto."

Atualmente, segundo ele, a taxa de desistência dos cubanos não chega a 1%. O coordenador diz que o desligamento dos médicos do programa está previsto em situações eventuais --como se houver falta grave no trabalho nas unidades de saúde ou por motivos de doença.

*A **Folha** encaminhou mensagens e deixou recados desde quarta na Embaixada de Cuba em Brasília e no Consulado-Geral em São Paulo, mas não obteve resposta. Também enviou e-mail à vice-ministra da Saúde de Cuba, Estela Cristina Morales, igualmente sem resposta."*

Frente à situação dos médicos cubanos ligados ao Programa Mais Médicos, preocupa a afronta aos direitos humanos, às garantias fundamentais consagradas em nossa Constituição Federal e a agressão de separar pessoas da mesma família.

Precisamos compreender os limites desta ação diplomática a que o Brasil se submete, da ingerência de Cuba e suas implicações na vida dos profissionais ligados ao Programa Mais Médicos, não permitindo que seus familiares (cônjuges e filhos) permaneçam no Brasil, com o fim de constrangê-los a voltar a Cuba ainda que contra sua vontade.

A justificativa de que “em Cuba é assim” não é aceitável. No território nacional, vigora a soberania do povo brasileiro, que não é alienável, como o Governo do PT tem pensado.

Aceitar essa justificativa para a violação da soberania e da Constituição do Brasil é aceitar a afronta aos direitos humanos da família e retrocedermos na nossa construção de Estado Democrático e de Direito, destruindo famílias, ao contrário do que estabelece um dos dispositivos mais importantes de nossa Constituição Federal, que não faz distinções entre nacionais e estrangeiros:

*“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos **estrangeiros** residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).”*

A compreensão de como funciona a forma do visto de permanência dos familiares dos médicos cubanos precisam ser esclarecidas pelo Ministério das Relações Exteriores a esta Comissão de Direitos Humanos.

Sala das Comissões, de março de 2015

Deputado Daniel Coelho
PSDB PE